

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.349 - SP (2019/0296217-0)

REQUERENTE : RODRIGO NUNES SINDONA
ADVOGADO : RODRIGO NUNES SINDONA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP391385
REQUERIDO : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

DECISÃO

Rodrigo Nunes Sindona propõe a presente tutela provisória com vistas a obter a concessão de efeito suspensivo a ato administrativo do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, consubstanciado na cassação de sua CNH.

Afirma que a decretação da cassação se deu em razão de, supostamente, ter cometido infração de trânsito durante o cumprimento de sua suspensão veicular, e que pretendia a transferência da respectiva pontuação ao real infrator que se identificou nos autos, tendo recorrido administrativamente, não logrando êxito em sua pretensão.

Alega ter ajuizado ação no Juizado Especial Cível da Fazenda, cuja medida antecipatória foi negada, originando o recurso de agravo de instrumento, também rejeitado pelo Tribunal *a quo*.

Sob o argumento de que a jurisprudência do TJ/STP diverge do entendimento prestigiado pelo STJ no sentido de ser possível indicar o condutor fora do prazo do art. 257, §7º, do CTB, requer a concessão de tutela de urgência, “[...] para suspender os efeitos da cassação da CNH do autor até o trânsito em julgado da decisão definitiva acerca da discussão [...]”.

É o relatório. Decido.

Sobre a possibilidade de pedido de tutela provisória, assim dispõem o Código de Processo Civil e o Regimento Interno desta Corte, respectivamente:

Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

[...]

Art. 288. Admitir-se-ão tutela de urgência ou tutela da evidência requeridas em caráter antecedente ou incidental na forma da lei processual.

§1º A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela de urgência em caráter antecedente será apensada oportunamente ao processo a que se refere.

Superior Tribunal de Justiça

§2º O relator poderá apreciar a liminar e a própria tutela de urgência, ou submetê-las ao Órgão Julgador competente.

É certo que o pedido deve estar relacionado a outro processo, que se encontre na iminência de ser proposto ou subir a esta Corte.

Na hipótese, sequer existe um acórdão recorrido do Tribunal *a quo*, mas tão somente uma decisão monocrática, do relator do Agravo de Instrumento n. 0101316-61.2019.8.26.9000, indeferindo a pretensão (fls. 442-443), o que mostra o total despropósito da medida formulada, conforme o seguinte entendimento desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA PARA SUSPENDER DECISÃO MONOCRÁTICA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE POR INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE.

1. Trata-se de Pedido de Tutela Provisória formulado pelo SINDICATO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA objetivando suspender os efeitos da decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento 23712-48.2016.8.05.0000 em trâmite no egrégio Tribunal de Justiça daquele ente federado.

2. Defende a parte requerente que *a revista íntima em unidades prisionais representa verdadeira afronta ao princípio da legalidade e da dignidade da pessoa humana. Trata-se de atividade humilhante, não só para visitantes e presos, mas também àqueles que são obrigados a desempenhá-la, os Agentes Penitenciários* (fls. 3).

[...]

6. Informa que o Magistrado da 8a. Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador/BA indeferiu a Tutela de Urgência Pleiteada nos seguintes termos:

O pleito de tutela de urgência deve ser negado. Não nega este juízo que o rito descrito na incoativa é vexatório e poderia ser substituído, com menos sofrimentos para o servidor e para a visitante mulher dos presídios deste Estado, por um aparato que pudesse detectar a presença de objetos escondidos no corpo daqueles. Não obstante, entre esse vexame e a segurança pública, deve ser dada prevalência a esse último, devendo ser salientado que é notória a situação de caos orçamentário em que vivemos, tanto a nível federal como estadual, não se podendo esperar, por isso mesmo, que seja lícito exigir do réu que adquira imediatamente máquinas para fazer esse papel, de modo a que essa situação mude com uma canetada do Poder Judiciário, e de um dia para o outro. Os agentes penitenciários sempre realizaram essa rotina, por mais vexatória que seja. Um belo dia se dão conta de que pode ser ajuizada uma ação e esperam que o Judiciário, num passe de mágica, e de um dia para o outro, mude tudo. O titular desta vara não é mágico e se com revistas (supostamente minuciosas), feitas pelos agentes penitenciários são encontradas várias vezes dezenas de celulares e drogas nas

Superior Tribunal de Justiça

cadeias públicas e penitenciárias deste Estado, quiçá o que pode ocorrer se isso deixar de ser feito. Portanto, é lícito supor que a suspensão do serviço de revista, como pedido, importaria um periculum in mora reverso muito mais lesivo à ordem e paz pública do que a manutenção da rotina constrangedora acima reportada. Em razão do exposto, NEGO o pedido de tutela de urgência acima formulado.

7. Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento [...]

8. Diante disso, requer a esta Corte a concessão da Tutela de urgência para determinar ao réu que se abstenha de obrigar Servidores Penitenciários (independentemente da relação contratual - celetista, REDA ou efetivo) a realizarem qualquer revista íntima e vexatória em visitantes do sexo feminino. requer, ainda, a imposição de obrigação de fazer ao réu, para a aquisição dos equipamentos necessários à satisfação do pleito.

9. É o que havia de relevante para relatar.

10. Consoante dispõe o art. 299 do NCPC:

Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

11. A competência para apreciar pedidos de tutela provisória pertence ao juízo competente para julgar o pedido principal (art. 299). Se a ação for de competência originária de tribunal, ou se a tutela provisória for requerida em sede de recurso, a competência pertence ao órgão habilitado para julgar o mérito.

12. Esse dispositivo difere daquele que o precedia (art. 800, parág. único do CPC/1973) porque prevê não apenas a hipótese de recurso, mas de processos de competência originária dos tribunais. Além disso, o art. 800, parág. único do CPC/1973 dispunha que, “interposto o recurso”, a medida cautelar deveria ser “requerida diretamente ao tribunal”; ao passo em que o normativo atual fala em órgão competente para julgar o mérito.

13. Contudo, a norma geral do art. 299 deve ser lida em conjunto com outras disposições do Novo Código de Processo Civil, sendo a primeira delas a que confere ao relator a competência para *apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária* (art. 932, II).

14. Nos termos do art. 932, o relator tem competência não apenas para reputar recursos não admissíveis (inciso III), como também para lhes negar provimento (inciso IV), ou até mesmo para os acolher (inciso V) – ou seja, pela regra do art. 932, o relator tem competência para julgar o mérito de recursos.

15. O que justifica a outorga da competência ao relator é a possibilidade de sua decisão ser revista pelo colegiado, mediante o emprego de recurso de agravo interno (art. 1021). Dessa forma chega-se ao colegiado que, afinal de contas, é o verdadeiro *órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito*, de que fala o art. 299.

16. Eventual nulidade ou desconformidade de decisão monocrática deve ser apreciada e superada pelo órgão colegiado daquela Corte, na via de Agravo Interno (AgRg no Ag 1.166.418/RJ, Rel. Min.

Superior Tribunal de Justiça

HERMAN BENJAMIN, DJe 13.11.2009).

17. Na espécie, o *decisum* impugnado foi proferido monocraticamente pelo Juiz relator nos autos do Agravo de Instrumento 23712-48.2016.8.05.0000, ainda em trâmite no Tribunal de Justiça de Estado da Bahia.

18. Desse modo, este pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência desta Corte descritos no art. 105 da Constituição Federal.

19. Com efeito, a não interposição de Agravo Interno no Tribunal de origem e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo colegiado, impede a conhecimento do pleito por esta Corte Superior, pois, do contrário, permitiria ao jurisdicionado a escolha do Tribunal para conhecer e julgar a sua causa, o que configuraria evidente abuso do direito de recorrer.

20. Nesse sentido, não cabe Pedido de Tutela Provisória, de competência originária desta Corte Superior, para analisar decisão unipessoal de órgão de Tribunal local em recurso ainda em trâmite na origem. A propósito, os seguintes precedentes:

AÇÃO CAUTELAR. AGRAVO REGIMENTAL. EFEITO SUSPENSIVO A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO POR DESEMBARGADOR-RELATOR DE TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A PRETENSÃO DEDUZIDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A competência deste Tribunal Superior, prevista no artigo 105 da Constituição Federal e no seu Regimento Interno, não prescreve a atribuição para o julgamento de ação cautelar contra decisão monocrática proferida por Desembargador-Relator de Tribunal Regional Federal ou de Tribunal de Justiça, em sede de agravo de instrumento.

2. Tratando-se de agravo de instrumento originário dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, a competência desta Corte restringe-se à revisão do julgamento quando denegatória a decisão.

3. *Agravo regimental desprovido* (AgRg na MC 9672/MG, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ 11.4.2005).

PROCESSO CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL AINDA NÃO ADMITIDO. REALIZAÇÃO DE LEILÃO. CAUTELAR PROPOSTA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO STJ. ARTIGO 105 DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

(...).

2. *A competência deste Tribunal Superior – prevista no artigo 105 da Constituição e no seu Regimento Interno – não prevê a possibilidade de julgamento de ação cautelar proposta de decisão monocrática – proferida por Desembargador relator de Tribunal a quo em sede de agravo de instrumento – não merecendo, conseqüentemente, prosperar a presente medida, sob pena de se incorrer em supressão de instância.* (...) (AgRg na MC 14202/RS, Rel. Min. CARLOS FERNANDO MATHIAS, DJe 04.8.2008).

AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA

Superior Tribunal de Justiça

CAUTELAR. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PENDENTES DE APRECIÇÃO. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

(...).

3. Dessarte, pendentes de apreciação os embargos declatórios, não se abriu espaço para a atuação jurisdicional desta Corte, que somente se justificaria na hipótese em que se pretendesse atribuir efeito suspensivo a recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça.

4. Nos termos do art. 800, caput e parágrafo único, do Código de Processo Civil, o ajuizamento de medida cautelar depende, inequivocamente, da instauração da competência jurisdicional da Corte de Justiça, a qual somente se verificará, no caso do STJ, eventualmente, após a prolação de acórdão por Tribunal Regional Federal ou Tribunal de Justiça de Estado ou do Distrito Federal e Territórios (CF/88, art. 105), a interposição de recurso especial e o juízo positivo de sua admissibilidade. Essa é a orientação dos enunciados 634 e 635 do c. Supremo Tribunal Federal.

5. *Agravo regimental a que se nega provimento* (AgRg na MC 18.288/MT, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 18.11.2011).

[...]

21. Ante o exposto, estando evidente a inexistência de decisão final e colegiada a inaugurar a competência desta Corte Superior e, via de consequência, abrir eventual possibilidade de apreciar-se o presente Pedido de Tutela Provisória, indefere-se liminarmente a inicial, com a extinção do processo, sem exame do mérito, nos termos do art. 485, I do NCPC, considerando o disposto no art. 299, parágrafo único do referido Código.

(TP n. 242/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/09/2017)

Veja-se que a própria pretensão do requerente está voltada ao ato administrativo, e não a uma decisão judicial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 288, §2º, do RI/STJ, indefiro liminarmente o presente pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator